



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682579 - SP (2021/0233593-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : JOYCE CORREIA DE SOUZA E OUTRO
ADVOGADOS : JOYCE CORREIA DE SOUZA - SP329357
SAMUEL BRAUNA DE SOUZA - SP384520
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FELIPE GONCALVES DA SILVA GOBBO
CORRÉU : JULIO CESAR DE FREITAS
CORRÉU : LEANDRO SANTOS DE PONTES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FELIPE GONCALVES DA SILVA GOBBO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2105271-32.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante e denunciado por suposta prática dos delitos descritos nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/2006, sendo a prisão em flagrante convertida em preventiva.

Os impetrantes sustentam a carência de motivação idônea para a decretação e manutenção da segregação cautelar do paciente, ante a ausência dos requisitos autorizadores da medida extrema, que teria sido imposta, tão somente, com base na gravidade abstrata dos delitos.

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, com ou sem aplicação de medidas cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se, em uma análise ainda preliminar do feito, que foi devidamente fundamentada a manutenção da custódia cautelar do paciente pelo Tribunal de origem, nos seguintes termos (e-STJ fls. 423-426):

(...) a r. decisão (fls.220/222) que decidiu pela manutenção da prisão ante tempus o fez com suficiente fundamentação, considerando que a quantidade e forma de acondicionamento do entorpecente, indicariam, em tese, a finalidade de traficância, apontando ainda ser o paciente reincidente, o que evidenciaria, assim, o risco de reiteração delitiva, observando ainda o fato de que Felipe teria ameaçado de morte uma testemunha, além de ter se evadido no momento da abordagem, afigurando-se necessária in casu, pois, ao menos por

ora, a segregação cautelar para a garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para resguardar a aplicação da lei penal, tal como previsto no artigo 312 do Código de Ritos.

(...)

Inclusive, ao que se deduz dos autos, a denúncia, já oferecida (fls.176/177 dos autos de origem), imputa os artigos 33, caput e 35, caput, ambos da Lei nº 11.343/06. Nesse contexto, nem mesmo eventual existência de condições pessoais favoráveis (como primariedade, ocupação lícita e residência fixa) pode rechaçar a segregação no caso concreto, onde se afigura, ainda, inadequada e insuficiente a fixação de medidas cautelares alternativas.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência